

Doi: <https://doi.org/10.17058/rzm.v14i2.20673>

CRIME SEM CASTIGO: A MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA

**Larissa Gerasch¹****Ana Maria Favorino Vasconcellos²**

Ao final de 2024, o filme *Ainda estou aqui*, dirigido por Walter Salles, trouxe à tona um caso trágico na história do Brasil: a morte do ex-deputado e engenheiro Rubens Beyrodt Paiva (1929-1971), sequestrado por agentes do exército em sua residência no Rio de Janeiro. Já em fevereiro de 2025, nos dias que antecederam a premiação do país com o Oscar na categoria “Melhor Filme Internacional”, houve outro acontecimento significativo em torno da memória do político paulista: o lançamento do livro *Crime sem castigo: como os militares mataram Rubens Paiva*, de Juliana Dal Piva, publicado pela editora Matrix. Combinando pesquisa científica, jornalismo investigativo e recursos literários, a autora constrói uma narrativa que envolve e proporciona uma leitura didática sobre um período obscuro.

Esse equilíbrio entre os três campos é compreendido ao tomarmos conhecimento da trajetória acadêmica e profissional de Dal Piva e de como se deu sua aproximação com o caso Rubens Paiva. Em entrevista ao canal *CartaCapital*, ela conta que passou a dedicar-se mais especificamente aos estudos de questões relacionadas aos regimes ditatoriais no ano de 2008, ao realizar, durante a graduação, um intercâmbio em Buenos Aires. Após debruçar-se sobre o histórico social latino-americano, a catarinense retorna ao Brasil, num período em que o país está começando a criar espaço para a discussão da Lei de Anistia. Além disso, Dal Piva se ocupa da cobertura de reportagens voltadas à Casa da Morte de Petrópolis, um centro clandestino de tortura criado pelos agentes do exército no regime militar.

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC) – RS - Brasil

² Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC) – RS - Brasil

Em 2012, a jornalista entrevista o coronel Paulo Malhães (1937-2014), que havia sido agente do Centro de Informações do Exército (CIE) durante a ditadura. Na ocasião, Malhães comentou brevemente sobre o fato de ter informações sobre o caso Rubens Paiva, que, ainda hoje, se configura como emblemático.

Conforme explicado por Marcelo e Vera Paiva - filhos do ex-deputado - em uma entrevista à Dal Piva, divulgada no canal *TV Democracia*, Rubens foi preso porque agia como um facilitador da troca de informações entre exilados e suas famílias, tinha contato com correspondentes estrangeiros e mantinha canais de comunicação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Não era participante da luta armada nem foi sequestrado na rua, como era mais comum. Saiu de casa dirigindo seu próprio carro, acompanhado por agentes do exército, e nunca mais foi visto com vida pela família.

Outro detalhe relevante é que os militares forjaram uma história de que Rubens Paiva havia fugido numa operação de resgate organizada por aliados políticos. Para sustentar essa farsa, incendiaram um carro, que seria a prova do suposto ataque, e produziram diversos registros internos, como forma de alegar a sua não participação no desaparecimento. O cadáver foi desenterrado e trocado de lugar mais de uma vez. Em 2014, em entrevista à Comissão Nacional da Verdade, Malhães confessou ter sido o responsável por dar fim aos restos mortais de Rubens Paiva, que, de acordo com o coronel, foram jogados num rio.

Eunice Paiva (1929-2018), esposa de Rubens, tornou-se um símbolo da luta contra a ditadura militar, exercendo seu ativismo pelos direitos humanos dos desaparecidos, bem como pela causa indígena. Em virtude do seu desejo de honra à memória do marido e também lutando por um documento que provasse o seu estatuto de viúva, escreveu uma petição ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), entrou em contato com amigos que pudessem auxiliá-la e redigiu cartas a pessoas exiladas. Toda a sua mobilização culminou na produção de muitos documentos, o que também não era recorrente entre os demais casos.

Esse contexto motiva a pesquisa de mestrado de Dal Piva, realizada entre 2014 e 2016. Em sua dissertação *A construção da busca por Rubens Paiva: um estudo de caso nas investigações sobre o desaparecimento do parlamentar*, analisou todo o processo que aconteceu no período de 1971 a 2014, ano em que o Tribunal Regional Federal (TRF) reconheceu o crime contra o ex-deputado como de lesa-humanidade. A dissertação foi então adaptada para o livro-reportagem *Crime sem castigo: como os militares mataram Rubens Paiva*, uma obra que preserva a base documental do texto original, mas que explora recursos do jornalismo literário.

No que tange a esse gênero, Edvaldo Pereira Lima, em *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura* (2009), afirma que há uma transcendência da mera extensão de uma matéria jornalística; ele representa uma "literatura da realidade", em que a profundidade da investigação jornalística se mistura com a riqueza da narrativa literária. Segundo o teórico, o livro-reportagem, uma das principais manifestações do jornalismo literário, não apenas relata fatos, mas os mergulha em um contexto histórico e social, construindo uma narrativa que possibilita ao leitor uma compreensão multifacetada de eventos e pessoas. Na obra de Dal Piva, podemos ver a materialização dessa “literatura da realidade”, uma vez que a autora reconstrói o real minuciosamente, numa narrativa que abre espaço para outras reflexões sobre a sociedade em que vivemos.

Através da leitura da dissertação de Dal Piva, percebemos que o trabalho de adaptação do texto concentrou-se, em grande medida, na supressão de citações teóricas, como forma de garantir maior fluidez. Já o conteúdo autoral manteve-se praticamente inalterado, sinalizando que, desde a produção da dissertação, a escritora já prezava pela experiência de leitura do seu público, fazendo uso de uma linguagem acessível e narrando os fatos de forma instigante.

Ainda assim, na adaptação para o livro, tendo em vista a mudança de gênero, lhe foi possível fazer alguns acréscimos para tornar ainda mais vívida a história. Em alguns momentos, ela faz isso ao compartilhar memórias mais subjetivas, como a da chegada de Malhães à sede do Arquivo Nacional, em 2014: “Ao ver a cena da chegada de Malhães, aquele homem de barba levemente crescida no rosto, com um nariz grande, cabelo liso, pouco grisalho, escovado para trás e óculos de sol marrons, muitos se lembraram do ditador iraquiano Saddam Hussein.” (Dal Piva, 2024, p. 19) Em outros, ela se permite expor sua interpretação sobre os fatos, como no trecho em que relata sua dificuldade de acesso ao processo referente ao desaparecimento de Rubens Paiva, e conclui “Mais uma vez, me pareceu claro que o fato de militares serem réus do caso interferia naquela situação.” (Dal Piva, 2025, p. 155)

Outras mudanças observadas dizem respeito aos parágrafos que explicam a organização do texto, à separação dos capítulos e, reforçando o comprometimento da profissional com a atualização das informações, são apresentados alguns acontecimentos posteriores a 2016. Ao relatá-los, Dal Piva enfatiza a sua indignação acerca da impunidade dos militares envolvidos no caso - dois dos cinco responsáveis, o capitão Jacy Ochsendorf e Souza e o general José Antônio Nogueira Belham, ainda estão vivos - e compartilha uma descoberta:

Em 2019, ao investigar um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro no antigo gabinete de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados, descobri, junto com a jornalista Juliana Castro, que o ex-presidente da República nomeou, ao

longo do ano de 2003, como assessora parlamentar, Maria de Fátima Campos Belham, a mulher do general. (Dal Piva, 2025, p. 172)

Como pode ser percebido em algumas passagens do livro já citadas, a narração é feita em primeira pessoa. No entanto, isso não significa que a função expressiva da linguagem seja predominante no texto. Pelo contrário, Dal Piva utiliza mais a função referencial, principalmente ao narrar etapas da investigação nas quais ela não esteve presente fisicamente, mantendo um tom descritivo, sem manifestar emoção ou julgamento. De acordo com Lima (2009), a alternância entre essas duas funções corresponde ao padrão mais comum no gênero livro-reportagem. Assim, a jornalista assume, em certos momentos, a postura de alguém que faz parte da história; noutros, a de mediadora informativa.

No que se refere à reconstrução de cenas presenciadas por Dal Piva, a narração em primeira pessoa lhe coloca na posição de narradora-personagem, uma testemunha direta dos fatos. Essa escolha legitima seu envolvimento com o caso e favorece a aproximação do leitor, uma vez que a ele é possibilitado acompanhar em detalhes a vivência da narradora, tendo conhecimento até mesmo da atmosfera emocional do momento. Um exemplo disso é o trecho em que a jornalista relata sua experiência, junto do colega Chico Otavio, ao tentar conseguir uma entrevista de Malhães:

Como não havíamos feito contato prévio, travamos uma negociação tensa na porteira do sítio do militar até que, após algum tempo de conversa, ele decidiu nos receber. Os argumentos para convencê-lo foram na linha da necessidade de diálogo e de que o nosso interesse sobre o trabalho de Malhães era jornalístico e histórico. Não tínhamos intenção de julgá-lo por suas ações, mas tínhamos interesse em conhecer sua versão sobre o tempo em que serviu o Exército na ditadura militar. (Dal Piva, 2025, p. 142)

Ao longo de sua obra, Dal Piva resgata diversas contribuições de outros colegas de profissão acerca do caso Rubens Paiva, reconhecendo a importância do trabalho da imprensa para o andamento das investigações. Relatos de jornalistas, de autoridades envolvidas e de filhos do ex-deputado estão inseridos na narrativa, dando-lhe um caráter polifônico. A junção de todo esse material oportuniza ao leitor o contato com uma gama de perspectivas que enriquece a compreensão do caso, e que também serve como subsídio para que ele construa suas próprias interpretações.

No decorrer da narrativa, Dal Piva retoma um evento que já havia sido mencionado na obra *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva, mas o apresenta em seu livro-reportagem de forma mais esmiuçada. Trata-se da chegada de duas mulheres ao Brasil, vindas do Chile, trazendo cartas coladas ao corpo, endereçadas a Rubens Paiva e contendo seu número de telefone. Tais documentos foram decisivos para que os militares decidissem capturá-lo. Uma

dessas mulheres, Marilene Corona Franco, participa de uma audiência sobre o caso Rubens Paiva, no Rio de Janeiro, em 2015. Não querendo rever seus algozes - ela também havia sido presa em 1971 -, pediu que os cinco réus se retirassem da sala onde estava acontecendo a audiência, para que ela pudesse se pronunciar. Dal Piva, que participou desse momento, reconstrói a cena do depoimento de Marilene:

Demonstrando nervosismo, ela falava sem desviar os olhos da juíza ou do procurador. Não omitiu as minúcias mais constrangedoras sobre o interrogatório com choques elétricos em seus seios ou os gritos que ouviu do homem que não conhecia, mas depois ficou sabendo que era Rubens Paiva. Marilene só direcionou o olhar para o advogado dos militares, Rodrigo Roca, quando chegou a vez da defesa fazer perguntas. E como se ignorasse o perigo aos opositores da ditadura em 1971, o defensor dos militares questionou: “Por qual razão a senhora trouxe então as cartas fixadas na sua cintura ao invés de trazer na bagagem normalmente?” Marilene respirou fundo: “Eu vou explicar ao senhor.” E, falando apressadamente, contou que, desde que a irmã e o cunhado foram se exilar no Chile, a correspondência que os dois mandavam à família era violada e os telefones de sua casa no Brasil estavam grampeados. (Dal Piva, 2025, p. 171)

Em seu artigo *New Journalism: o livre amor entre o jornalismo e a literatura*, Eduardo Ritter comenta sobre o quanto o trabalho dos profissionais adeptos ao novo jornalismo se tornou mais intenso, exigindo mais tempo de envolvimento com o assunto tratado em suas matérias, e menciona uma colocação de Tom Wolfe (1930-2018) em *Radical chic e o novo jornalismo*: “Parecia absolutamente importante ‘estar ali’ quando ocorressem cenas dramáticas, para captar o diálogo, os gestos, as expressões faciais, os detalhes do ambiente” (Wolfe, 2005, p. 37 *apud* Ritter, 2013, p. 13). Esse nível tão elevado de proximidade do jornalista com o assunto explorado é notório no trabalho de Dal Piva, que esteve presente em diversos momentos importantes para a investigação do caso Rubens Paiva.

Como pode ser visto no trecho recém citado de sua obra, a dimensão humana, outra característica do jornalismo literário, também é explorada. A jornalista empenha-se em apresentar Marilene não somente como uma testemunha, mas valorizando a profundidade emocional de uma mulher que sofreu a brutalidade da ditadura e que estava praticando um ato de coragem ao falar sobre uma situação tão dolorosa para si. Também é utilizado o diálogo direto, que torna o conteúdo mais verossímil e transmite ao leitor a dramaticidade da cena. Embora a jornalista faça uma espécie de mediação interpretativa ao sugerir que Rodrigo Roca estivesse ignorando o contexto histórico de repressão, é o uso do diálogo direto que permite ao leitor sentir, com mais intensidade, o clima que pairava no tribunal naquele momento.

Em síntese, a obra *Crime sem castigo: como os militares mataram Rubens Paiva* nos apresentava com um conteúdo informacional sólido, mas que alimenta o sensível nos seus detalhes. A partir da união entre ciência, jornalismo e literatura, Dal Piva valoriza a história

brasileira, contribui para a preservação da memória de Rubens Paiva e reforça a importância da conscientização social sobre o que não deve ser repetido. Mesmo que o crime permaneça *sem castigo* até então, a verdade narrada confronta o esquecimento. Um gesto claro e necessário de resistência.

Referências

CARTACAPITAL. Juliana Dal Piva: como os militares mataram Rubens Paiva. Entrevista. YouTube, 28 de fevereiro de 2025. 48:41. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EPx-hDih8tU&pp=ygUeY2FydGEgY2FwaXRhbCBqdWxpYW5hIGRhbmCBwaXZh2AbtFA%3D%3D>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DAL PIVA, Juliana Schwartz. A construção da busca por Rubens Paiva: um estudo de caso nas investigações sobre o desaparecimento do parlamentar. 2016. Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2016. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/71f4c5cf-81ff-40b6-b810-5bb5bc91c225>. Acesso em: 10 jul. 2025.

DAL PIVA, Juliana. Crime sem castigo: como os militares mataram Rubens Paiva. 1. ed. São Paulo: Matrix, 2025. 208 p.

LIMA, Edvaldo Pereira. Fronteiras ampliadas de um território em conformação. In: Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4 ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

TV DEMOCRACIA. Juliana Dal Piva entrevista Marcelo e Vera Paiva, filhos de Marcelo Rubens Paiva. YouTube, 26 de fevereiro de 2025. 03:10:09. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TQibMJ9SCi4>. Acesso em: 20 jul. 2025.

RITTER, E. New Journalism: o livre amor entre o jornalismo e literatura. Rizoma, v. 1, n. 1, p. 56-70, 1 jan. 2013. Acesso em: 26 jul. 2025.